
Campanhas locais e de base: lições aprendidas com a experiência australiana

REBECCA PETERS

Em 23 de outubro de 2005, os brasileiros terão uma oportunidade histórica de enfrentar a violência armada que mata mais de 39 mil pessoas por ano no país. O primeiro referendo nacional a ser realizado no Brasil decidirá pela proibição ou não do comércio de armas de fogo. Será um passo ousado e o Brasil estará entrando para o pequeno grupo de países que reúne Canadá e Austrália e alguns outros, que implementaram recentemente grandes reformas em suas legislações sobre armas.

Em 1997, a Austrália empreendeu um dos mais dramáticos esforços de desarmamento nacional do mundo: uma rápida e ampla revisão de suas leis sobre armas, acompanhada de uma campanha de desarmamento com indenização pelo Estado que levou à entrega e destruição de mais de 640 mil armas. Os resultados logo ficaram patentes: em 2002, a taxa de mortalidade por armas de fogo (homicídios, suicídios e acidentes) caiu em 28%.

As reformas aconteceram depois de uma década de campanhas realizadas por ativistas do setor de saúde pública, mulheres e grupos religiosos. Porém, o catalizador imediato da mudança foi uma tragédia terrível em que 35 pessoas foram mortas a tiro, em 28 de abril de 1996.

As armas de fogo na Austrália

A Austrália foi um “país de fronteira”, com uma bem estabelecida cultura da arma de fogo. O número total de armas em mãos dos cidadãos australianos no início de 1996 foi estimado em torno de quatro milhões. Pouco mais de um milhão de pessoas tinha porte de arma, ao lado de um número desconhecido de donos sem licença (portanto, ilegais). Com uma população de 18 milhões, a Austrália tinha uma arma de fogo para cada 4,5 habitantes. A densidade dessa propriedade variava no país: no estado de Victoria, onde se pratica a caça ao pato, um em cada nove habitantes tinha porte de arma, enquanto que no Território da Capital Federal era de um em cem.

As pessoas têm armas principalmente por esporte, para caça recreativa e para uso em fazendas. A vasta maioria das armas é importada, inclusive dezenas de milhares que sobraram da Guerra do Vietnã. A Austrália é um importante fornecedor de armas para outras nações do Pacífico, tanto em assistência militar como em transações ilegais, como a troca de armas por maconha entre o norte do país e Papua Nova Guiné.

Cada estado e território tem suas próprias leis sobre armas e, no início de 1996, essas leis variavam muito entre as oito jurisdições. Armas de fogo que eram banidas em alguns estados eram vendidas legalmente em outros; alguns estados exigiam o registro de todas as armas, enquanto outros não apresentavam essa exigência. Felizmente, um elemento importante era consistente em todo o país, a saber, a regulamentação relativamente restrita dos revólveres. Todos os estados e territórios limitavam essas armas a membros de clubes de pistola e guardas de segurança, e todos exigiam que a propriedade e a transferência desse tipo de arma fossem registradas na polícia. Em consequência dessa restrição, havia somente 200 mil revólveres nas mãos de particulares, cerca de 5% do estoque de armas da Austrália. Isso contrasta com a situação do estado do Rio de Janeiro, onde os revólveres constituem cerca de 80% de todas as armas legais e ilegais.

A violência armada na Austrália

Antes da reforma das leis, as mortes por armas de fogo na Austrália estavam, em média, um pouco acima de seiscentas por ano. Em 1996, essas mortes foram 523, representando uma taxa de 2,5 por 100 mil pessoas. Em 2002, o número de mortes por armas de fogo foi de 299, uma taxa de 1,5 por 100 mil.

Como em muitos outros países desenvolvidos, cerca de três quartos das mortes causadas por armas de fogo são suicídios. Essas armas estão envolvidas em cerca de 16% dos homicídios, mas em torno de 20% de assassinatos familiares. Elas constituem as armas preferidas em incidentes homicidas com múltiplas vítimas.

Do ponto de vista de países como o Brasil, nossa mortalidade por arma de fogo era baixa. Porém, com tantas mortes sendo aparentemente impulsivas e afetadas por fatores situacionais, a saúde pública e os setores jurídicos acreditavam que a redução do acesso às armas salvaria vidas, reduzindo as chances de uma tentativa de suicídio ou de ataque que resultasse em morte. Além disso, havia uma preocupação crescente com o mau uso não fatal de armas de fogo, na violência doméstica e nos assaltos à mão armada.

Desde meados da década de 1980, numerosos homicídios em massa na Austrália estimularam uma campanha cada vez mais forte a favor de leis mais rigorosas do controle de armas. Essa campanha teve um sucesso limitado, com avanços gradativos em certos estados e territórios, até o massacre de Port Arthur, em 1996.

O massacre de Port Arthur

Em 28 de abril de 1996, um homem armado com dois rifles semi-automáticos de uso militar matou 35 pessoas em Port Arthur, o local histórico da Tasmânia, um dos pontos turísticos mais populares do país. Outras dezenove pessoas ficaram gravemente feridas no ataque. A maioria das vítimas era de turistas australianos e estrangeiros; alguns eram moradores e trabalhadores do local. As ar-

mas usadas no ataque estavam legalmente disponíveis na Tasmânia, mas eram proibidas na maioria dos estados australianos.

Foi o maior massacre praticado por uma única pessoa registrado no mundo e desencadeou uma explosão de ira, dor e ultraje públicos; a nação exigiu que as leis sobre armas de fogo fossem modificadas. Em reação à pressão pública, o primeiro-ministro convocou os secretários de segurança dos estados e territórios e lhes apresentou um plano de leis rígidas e uniformes. Os secretários de segurança também perceberam o clima do país e, depois de algumas negociações, concordaram em transformar o plano em lei em todos os estados e territórios.

As novas leis sobre armas de fogo

As novas leis baseiam-se na óptica da saúde pública sobre prevenção de danos, tentando reduzir a preponderância geral da ameaça, em vez de simplesmente concentrar-se nas pessoas que já se envolveram num incidente causador de ferimento. Os principais princípios das leis são:

- A propriedade de armas de fogo não é um direito, mas um privilégio. A presunção é contra permitir que indivíduos possuam armas, a não ser que obedeçam a uma série de critérios positivos. Antes, a presunção era a oposta: praticamente todos os adultos podiam possuir armas, exceto se fossem desqualificados por uma grave ficha criminal.
- A venda e propriedade de todas as armas devem ser registradas num banco de dados nacional.
- Quem quiser comprar, ter ou usufruir de uma arma de fogo precisa provar que tem um motivo genuíno, como ser membro ativo de um clube de tiro. A “autodefesa” não é um motivo genuíno. A quantidade e o tipo de armas que podem ser adquiridas estão limitados ao que é razoavelmente exigido pelo motivo comprovado. Se as circunstâncias mudarem, de tal modo

que o motivo genuíno deixe de ser válido (por exemplo, deixar de participar ativamente de um clube de tiro), então o porte é cancelado e as armas devem ser entregues ou transferidas para alguém legalmente autorizado a possuí-las.

- A idade mínima para o porte ou a posse de armas é 18 anos.
- Os candidatos a novas licenças devem passar por um curso de treinamento em segurança no manuseio de armas e conhecimento das leis referentes a armas.
- Exame mais rigoroso dos candidatos ao porte de arma; pessoas envolvidas em violência doméstica estão proibidas de possuir armas durante cinco anos.
- A compra de cada arma requer um período de espera de 28 dias.
- As armas devem ser guardadas descarregadas em um armário fechado e a munição deve ser guardada em outro lugar. Elas só podem ser compradas e vendidas em comerciantes licenciados pela polícia, ou seja, não é mais possível comprar pelo correio ou de terceiros.
- Rifles e espingardas de caça de carregamento automático (semi-automáticas e tipo *pump action*) estão proibidos, exceto para aqueles raros fazendeiros e atiradores profissionais que possam provar que têm uma necessidade genuína dessas armas.

O aspecto mais divulgado das novas leis foi a campanha de entrega de armas de carregamento automático proibidas. Os donos tinham doze meses para entregar essas armas em troca de uma generosa indenização, financiada por um leve aumento no seguro nacional de saúde. O incentivo financeiro foi apoiado por coerção: depois que terminasse o prazo, a posse dessas armas se tornaria crime sujeito a penalidades severas. Mais de 640 mil armas de carregamento automático foram entregues, assim como dezenas de milhares de armas de fogo não proibidas. Desse modo, em doze meses, quase um sexto do arsenal privado do país foi destruído. Foi o maior programa de destruição de armas civis já realizado no planeta.

A oposição ao controle das armas

A Austrália tem um lobby militante pró-armas bem financiado que lutou contra cada etapa da aprovação das novas leis. Antes de Port Arthur, durante muitos anos, o lobby das armas conseguira bloquear as reformas propostas ameaçando certos parlamentares cujos assentos eram mantidos por uma margem muito pequena. A maioria dos donos de armas não se opunha a leis mais rígidas, mas os líderes do lobby das armas podiam contar com um pequeno número de extremistas que estavam preparados para basear seus votos inteiramente nessa questão, afetando potencialmente o resultado de uma eleição para um assento menos importante. Assim, apesar de parlamentares dos dois maiores partidos reconhecerem em privado a necessidade de uma reforma substancial, nenhum dos partidos estava preparado para tomar a iniciativa. Os defensores do controle das armas tentaram durante muito tempo persuadir os dois partidos a propor simultaneamente leis mais rígidas, mas a natureza altamente antagonista da política australiana impediu que isso ocorresse antes de 1996.

A ruptura depois de Port Arthur veio com a disposição do novo primeiro-ministro conservador de defender leis mais duras e seu convite à oposição para que assumissem uma posição conjunta. A sólida política bipartidária deu suporte a parlamentares de todos os partidos, nos níveis federal e estadual, possibilitando-lhes apoiar as reformas sem temer que seus oponentes políticos viessem a usar essa questão contra eles nas eleições. Como observou um deputado: “Entramos na vida pública para tentar melhorar as coisas, mas então a política se atravessa no caminho. É bom ter uma chance de fazer o que é certo sem se preocupar com a política”.

O acordo nacional sobre controle de armas de fogo constituiu uma grande derrota para o lobby das armas, mas ele continuou a lutar contra as reformas. As comunidades rurais foram panfletadas com folhetos que acusavam as novas leis de ser o primeiro passo para a proibição total das armas; os funcionários públicos foram

importunados com uma inundação de cartas hostis semelhantes; formaram-se vários partidos políticos novos para representar os atiradores descontentes com os dois principais partidos. Nas semanas e meses posteriores ao acordo, longe dos holofotes da mídia da capital do país, políticos dos estados e territórios foram mais susceptíveis à pressão do lobby das armas. Quando cada jurisdição começou a traçar sua nova legislação, o lobby defendeu interpretações liberais dos princípios contidos no acordo nacional. Graças à vigilância constante e à defesa enérgica dos defensores locais do controle de armas, esses esforços para enfraquecer o projeto nacional fracassaram em geral.

Lições da campanha pelo controle de armas – uma coalizão ampla

A campanha da comunidade pelo controle de armas foi travada por uma grande rede de organizações comunitárias e profissionais: órgãos de saúde pública, sociedades médicas, grupos de mulheres, assistentes sociais que tratam de violência doméstica, grupos de apoio a vítimas, associações de cidadãos idosos, conselheiros rurais, organizações juvenis, grupos de pais, agências de prevenção do suicídio, associações e serviços jurídicos, grupos de direitos humanos, agências de ajuda ao desenvolvimento externo, igrejas, polícia e sindicatos. Os membros da campanha variavam ao longo de todo o espectro político: da Associação Rural das Mulheres ao Conselho pelas Liberdades Cívicas, da Associação das Viúvas de Guerra ao Projeto Antiviolença Gay & Lésbico.

Essa diversidade refletia a multiplicidade de perigos que as armas de fogo representam para a sociedade: alguns grupos estavam especialmente preocupados com as armas na violência doméstica e outros com o crime nas ruas; alguns, com suicídio de jovens, outros com ataques armados no trabalho, como uma questão de saúde e segurança ocupacional. Alguns grupos enfatizavam o dano à estabilidade e aos direitos humanos que a Austrália estava provocando ao

ser o maior fornecedor de armas da região do Pacífico. Todos esses grupos tinham em comum a convicção de que as armas de fogo são produtos inerentemente perigosos cuja proliferação e facilidade de acesso deveria ser controlada por leis rigorosas. Por mais úteis ou prazerosas que as armas possam ser para seus donos, os interesses da saúde pública, da segurança pública e humana devem prevalecer.

O tamanho e a amplitude da coalizão também reforçou o fato de que a reforma das leis sobre armas era uma preocupação de toda a sociedade e não uma manifestação restrita de um grupo especializado no assunto. Havia tempo que as pesquisas de opinião indicavam que a maioria avassaladora dos australianos apoiava leis uniformes mais rigorosas; contudo, a questão costumava ser apresentada pela mídia como um cabo-de-guerra entre ativistas fanáticos e o lobby das armas. A campanha após o massacre de Port Arthur sepultou a noção de que o controle de armas era uma questão sobre qual a opinião pública estava igualmente dividida. Nesse caso, ficou claro que a posição do lobby das armas era extremista, intransigente e perigosa.

Lições sobre o papel das vítimas

As testemunhas e os sobreviventes da violência armada e os parentes das vítimas desempenharam um papel fundamental na campanha. Falando com o coração e com a autoridade da experiência em primeira mão, eles destruíram qualquer ilusão de que a violência armada só acontece com “outras pessoas”. Em uma atmosfera volátil, com argumentos voando para todo lado, os sobreviventes também serviram de lembrete vivo de que não se tratava de uma luta relacionada com propriedade, ideologia ou lucro, mas com vidas humanas.

A humanidade e dignidade exibida pelos sobreviventes desempenharam um outro papel importante, ao ajudar a inspirar esperança. Os assassinatos de Port Arthur deixaram o país inteiro aturdido, nauseado e assustado. A feia exibição de beligerância armada dos lobistas das armas na televisão todas as noites só aumen-

tou o medo e as dúvidas que muitos australianos tinham sobre sua sociedade. Diante de tudo isso, e da própria devastação pessoal, a força extraordinária demonstrada por vários sobreviventes e testemunhas inspirou o resto do país enquanto lutávamos para deglutir o que havia acontecido. (O lobby das armas acrescentou o insulto à injúria ao acusar os sobreviventes que defendiam as novas leis de serem manipulados pelo movimento a favor do controle das armas.)

Lições sobre o papel da informação e pesquisa

Cada vez mais, a violência é reconhecida como uma questão de saúde pública, isto é, uma causa significativa de ferimentos, sofrimentos e mortes evitáveis. Em 1996, ano do massacre de Port Arthur, a Assembléia Mundial de Saúde declarou que a violência era um importante problema de saúde pública mundial e instou os países a desenvolver soluções baseadas na ciência para essa questão.

As novas leis sobre armas da Austrália são uma vitória para a saúde pública, enfocadas sem ambigüidades na prevenção, em vez de na punição dos infratores. As leis refletem o resultado das pesquisas sobre violência armada tal como realmente ocorre no país – ou seja, a maior categoria de homicídios é a doméstica e muitos assassinatos foram cometidos com armas adquiridas legalmente por homens que não estariam qualificados a possuir armas se lhes fossem exigido um motivo genuíno para sua posse.

Os fundamentos para as novas leis vieram das recomendações do Comitê Nacional sobre Violência, um grupo de especialistas que realizou uma pesquisa de dois anos sobre todos os aspectos da violência na Austrália. O relatório desse comitê foi divulgado em 1990 e os ativistas e especialistas haviam expressado desânimo diante da ausência de medidas que seguissem suas recomendações. Porém, o relatório não ficou simplesmente trancado na gaveta. Funcionários federais o utilizaram em deliberações e consultas ao longo dos anos e na esteira de Port Arthur, puderam agir rapidamente para esboçar um projeto de reforma das leis sobre armas.

Pesquisa e informação foram essenciais não somente para o conteúdo do novo projeto, como também para sua promoção. A comunidade da saúde pública enfatizava constantemente sua preocupação, não com a ideologia, mas com a prevenção de ferimentos. A campanha pelo controle das armas manteve um fluxo constante de informações para a mídia, os parlamentares, as organizações comunitárias e o público em geral – folhas de informações, cartas ao editor, entrevistas na imprensa sobre violência e lei. Essa campanha de informações começara muitos anos antes do massacre de Port Arthur e assim, em abril de 1996, a maioria dos australianos conhecia as falhas básicas das leis sobre armas: falta de uniformidade, falta de responsabilização, acesso fácil a rifles semi-automáticos.

Lições sobre o papel das ONGs

As organizações não-governamentais desempenharam um papel essencial na campanha pelo controle de armas na Austrália, tanto antes como depois da tragédia de Port Arthur. Devido à falta de acordo partidário antes do massacre, nenhum dos dois principais partidos promovia a reforma das leis sobre armas, embora a maioria dos parlamentares fosse pessoalmente favorável à ela. Desse modo, coube às organizações comunitárias apresentar a defesa de leis mais rígidas à sociedade e aos parlamentos.

Ao pressionar para que houvesse um posicionamento bipartidário em relação ao controle de armas – e sendo elas mesmas bipartidárias – as ONGs ajudaram a criar o clima para o acordo nacional. Em um estado, antes mesmo do pacto nacional, os ativistas do controle das armas mediarum um acordo bipartidário ao persuadir o governo e a oposição a subscrever uma lista básica de demandas.

As ONGs também foram a fonte principal de dados estatísticos e outras informações sobre violência armada, uma vez que os departamentos do governo tendiam a evitar essa área politicamente sensível. Com frequência, os políticos ou os diferentes departamentos dos governos tinham razões próprias para não querer

interagir diretamente uns com os outros; nesses casos, coube às ONGs transmitir as informações entre todas as partes interessadas.

Além disso, as ONGs propiciaram um ponto de contato visível para as vítimas, os sobreviventes e o público em geral que desejava expressar seus sentimentos ou oferecer seu apoio para afastar o país da cultura da arma de fogo. Ajudar a comunidade a se sentir segura de novo e participar do processo de mudança são partes importantes de nosso trabalho a favor de uma sociedade menos violenta.

Depois do acordo nacional sobre controle de armas (que incorporou a maioria das reformas da lista das ONGs), o papel dessas organizações passou a ser apoiar e monitorar o acordo. Nessa nova fase, em vez de fazer lobby junto aos governos, os militantes do controle de armas estavam ao lado deles, lembrando-os dos compromissos assumidos e os ajudando a “vender” as mudanças na comunidade. As ONGs também “entraram no fogo” quando os políticos, com medo de chamar a atenção do lobby das armas, se mostraram despreparados para enfrentar a mídia para explicar e defender as leis. Foram os ativistas da comunidade que responderam às perguntas dos programas de rádio (“Terei de entregar minha espingarda de caça?”) e falaram para escolas, igrejas e grupos profissionais sobre as grandes mudanças que haviam acontecido. Em uma ocasião famosa, o primeiro-ministro usou um colete a prova de balas sob o terno quando se dirigiu a uma reunião de pessoas opostas às novas leis; foi dito que era a primeira vez que essa precaução fora tomada na Austrália. Esse incidente mostrou o clima assustador que o lobby das armas havia criado; ao mesmo tempo, ilustrou apropriadamente a importância de limitar o acesso às armas.

Lições da indenização

A indenização pela entrega de armas na Austrália foi uma conquista extraordinária. Além de remover de circulação uma imensa quantidade de armas, teve várias vantagens em relação a alguns dos programas de entrega de armas realizados em outros lugares. A

indenização coincidiu com importantes mudanças legislativas, propiciando um incentivo para se ver livre de armas que estavam se tornando ilegais. A mudança das leis e a indenização aconteceram em todo o país ao mesmo tempo, de tal modo que a ação em uma jurisdição não pôde ser solapada por outra. Além disso, as armas recolhidas estavam banidas da importação e assim, todas as fontes de suprimento foram simultaneamente cortadas.

E o que é mais importante, as armas entregues foram destruídas, em vez de serem vendidas no país ou no exterior. (Em situações anteriores na Austrália, a destruição de armas entregues em troca de indenização não foi obrigatória e a polícia recuperou seus custos vendendo-as no mercado privado.) A exigência de destruição estava de acordo com a óptica de saúde pública, minimizando a disponibilidade do agente do dano, em vez de simplesmente redistribuí-lo. O governo australiano pensou por um momento em vender as armas entregues no exterior, mas mudou de idéia porque, como disse uma autoridade, “criaria um desastre para as relações exteriores se uma arma retirada de circulação na Austrália viesse a ser usada num tiroteio em país vizinho”.

O lobby das armas protestou veementemente contra a destruição, e também alegou que isso não reduziria a quantidade de armas na comunidade, pois os atiradores gastariam a indenização em novas armas para substituir as entregues. Porém, as mudanças concomitantes nas leis significaram que muitos que entregaram armas não teriam mais condições de comprar outras, e até aqueles que estariam qualificados a comprar, teriam de se satisfazer com armas menos poderosas, e em menor quantidade. Com efeito, os registros posteriores de compra de armas mostraram que para cada cem armas entregues, somente 8-10 foram substituídas. Assim, o efeito da entrega com indenização foi o de reduzir significativamente o estoque de armas privadas.

O lobby das armas também afirmou que os atiradores se recusariam a entregar as armas proibidas, ou obedecer às novas provisões legais, tais como registrar suas armas remanescentes. Talvez não consigamos jamais calcular quantas armas não estavam registradas

na época da indenização, mas os resultados demonstraram claramente que centenas de milhares de proprietários de armas estavam prontos para obedecer à proibição de armas de carregamento automático. Do mesmo modo, pesquisas realizadas pelo governo federal mostraram que a vasta maioria dos donos de armas conhecia, compreendia e aceitava as novas leis.

A indenização cobriu todas as armas longas de carregamento automático – rifles semi-automáticos, espingardas semi-automáticas e do tipo *pump action*. Ela não distinguia entre semi-automáticas “militares” e “civis” porque essa distinção é cada vez mais irrelevante. Como diz o lobby das armas, pode-se encontrar um uso civil para qualquer arma de fogo. Uma semi-automática militar pode ser usada para caçar – isso faz dela uma arma de caça? Os fabricantes de armas e os clubes de tiro dão um jeito para mudar o nome das armas e reinventar disciplinas de tiro, a fim de transformar armas “militares” em “esportivas”, sem diminuir a capacidade de tiro rápido. A proibição e indenização pela entrega de semi-automáticas na Austrália baseou-se corretamente nas características das armas, em vez de nas intenções hipotéticas dos donos potenciais.

Mudando a cultura

Uma das lições mais importantes aprendidas na Austrália foi que algo útil pode advir de uma tragédia inominável – ela pode fazer uma nação decidir mudar a direção em está avançando. Como disse o primeiro-ministro australiano, nosso país decidiu não tomar o caminho americano da cultura das armas de fogo.

Em abril de 1998, na 7ª Sessão da Comissão sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal da ONU, o representante da Austrália observou que as políticas sobre armas de fogo dos países estão “baseadas na formação histórica e cultural de cada um”. Porém, ele destacou que “aspectos da história e da cultura podem e são mudados ... não devemos ficar imutavelmente presos ao nosso passado”. A experiência australiana demonstrou que tal mudança é possível na área controversa do controle das armas de fogo.

O desarmamento começa por desarmar os corações

LEONEL NARVÁEZ GÓMEZ

A posse e o uso de armas por civis é provavelmente uma das demonstrações mais claras da carência de democracia dos povos. Mais grave é a carência dos povos que fabricam e comercializam essas armas e, pior ainda, a carência daqueles que usam as armas como se fossem o argumento mais forte para garantir a paz e a convivência cidadã.

O referendo que ocorrerá no final de outubro de 2005 constitui um chamamento para a consolidação das instituições democráticas e, em especial, da vontade de fortalecer a civilidade e a convivência, como elevadas expressões da democracia.

Proibir a venda e o uso das armas é, sem dúvida, um passo decisivo para o estabelecimento de condições para a paz dos povos e entre os povos. No entanto, é um passo insuficiente para consolidar o capital democrático das nações. Embora o desarmamento físico seja útil e necessário, a condição *sine qua non* para conseguir a sustentabilidade da paz é o *desarmamento dos corações*.

A posse e o uso de armas por civis é provavelmente uma das demonstrações mais claras da carência de democracia dos povos.

Além das estatísticas comprovarem claramente que as armas não são absolutamente uma forma de garantir segurança, procura-

mos defender aqui a tese de que a violência nasce no coração das pessoas, que é justamente onde deverão ser gerados os processos de paz.

Mencionarei inicialmente uma série de dados significativos sobre o uso das armas e, em seguida, passarei a oferecer comentários relacionados com os fatores básicos que geram violência nas pessoas e nas sociedades, para então propor a necessidade de promover processos de educação em perdão e reconciliação, para facilitar o abrandamento de raivas, rancores e desejos de vingança que, no fundo, são os autênticos geradores e multiplicadores da violência.

Alguns dados significativos

É crença comum que as armas de fogo são a causa da violência. A consequência perversa das armas é o seu efeito de multiplicar e escalonar a violência e, sobretudo, a morte. Pode-se dizer que a violência é uma epidemia e que as armas são o transmissor mais perigoso da doença. No relatório da UNESCO [*Mortes Matadas, 2005*], o Brasil figura como o país onde ocorrem mais mortes e assassinatos causados por armas de fogo em todo o mundo. No ano de 2003 morreram 39.284 brasileiros vítimas de armas de fogo. As estatísticas revelam 108 mortos e 53 feridos por dia. O porte e o uso indiscriminado de armas de fogo frequentemente levam conflitos banais a se converter em tragédias.

Alguns analistas equivocadamente acreditam que o perigo vem de fora, do ambiente em que as pessoas vivem e de agentes externos, como assaltantes e bandidos. Segundo investigações do FBI nos Estados Unidos, entre 1976 e 2002, apenas 15% dos homicídios de homens e 8% dos homicídios de mulheres foram cometidos por pessoas desconhecidas das vítimas.

Em São Paulo, em 46% dos casos de homicídio, ficou demonstrado que a vítima e o autor do crime eram conhecidos ou tinham relações de parentesco, vizinhança ou amizade [*NEVI/USP, 1996*]. No Rio de Janeiro, de cada três agressões com arma de fogo, uma é perpetrada por pessoa relacionada com a vítima. [*ISER, 1997*].

Diante dessa situação, podemos concluir que os crimes violentos não são cometidos apenas por banidos, mas também por “pessoas de bem” que, não tendo antecedentes criminais, simplesmente por uma falta de capacidade para controlar a raiva e os rancores, tornam-se assassinas por motivos banais. As armas de fogo transformam os conflitos mais corriqueiros em tragédias.

Fatores elementares da violência

Aquele que usa uma arma, o faz obedecendo a dois impulsos básicos. O primeiro é a raiva descontrolada ou o medo que o obriga a defender-se. O segundo é um desejo cultivado de vingança. A ocorrência desse segundo impulso é, de longe, a mais freqüente. Indubitavelmente, existem fatores objetivos que promovem a violência: a pobreza, o desemprego, a falta de educação e de serviços básicos. No entanto, a violência resulta também de fatores subjetivos, como a raiva e o rancor e, acima de tudo, é incentivada pelos desejos cultivados de vingança ou retaliação.

Neste sentido, o conceito de pobreza se torna mais amplo. A pobreza não é somente uma condição material das pessoas. A pobreza interior chega a constituir um fator muito mais perverso que a carência física, dentre os fatores que incentivam as violências cotidianas. Atualmente afirma-se em alguns círculos que, embora exista em muitos casos *a violência da pobreza*, existe também *a pobreza da violência*.

Dentro deste conceito, nós que trabalhamos com a hermenêutica das violências, entendemos agora por que um pobre com raiva é duas vezes mais pobre. Sem negar que é necessário e urgente solucionar a violência cruel da pobreza, entendemos a urgência de buscar soluções para a pobreza emocional, que torna a violência mais violenta.

Nas comunidades de debates sobre a violência e suas causas, quando procuramos esmiuçar com maiores detalhes a motivação das personalidades violentas, chegamos recentemente a três conclusões preliminares.

- **Primeira**, os seres humanos não sabem controlar as emoções e, de maneira especial, não sabem lidar com a raiva. De certa forma, somos analfabetos emocionais. O *cérebro primitivo ou arcaico* constitui a base desta explicação. Os seres humanos, tanto quanto se pode cogitar, têm níveis precários de humanidade. Assim sendo, a animalidade parece dominar na maioria. O controle inadequado da raiva e, em geral, de todas as emoções, nos situa em níveis muito altos de risco, para o desenvolvimento do homo harmônico. O *cérebro arcaico* nos levou a acreditar que a violência pode ser resolvida, não só com a violência das armas, mas também com a violência da linguagem, que parece ter maior impacto negativo sobre as pessoas que ofendemos. Chegamos até a acreditar que as armas podem construir a paz e, pior ainda, chegamos a engendrar meticulosamente um tipo de justiça que castiga a violência com mais violência, convertendo paradoxalmente os dispositivos de promoção da justiça em multiplicadores do mal que procurávamos eliminar.

- **Segunda**: existe um analfabetismo generalizado em relação a diferentes alternativas à violência, que poderiam ser utilizadas para resolver conflitos. Durante séculos acreditamos na força como método capaz de transformar as inevitáveis diferenças humanas. As mesmas instâncias alternativas de solução de conflitos que tiveram um notável desenvolvimento na última década (mediação, conciliação, juízes de paz), freqüentemente caem na tentação de ajuizar os trâmites para a solução e transformação de conflitos, diante da impossibilidade de garantir formas sustentadas de convivência e paz.

- **Terceira**: Uma conseqüência fatal das duas anteriores é a carência de mediadores e a multiplicação de instigadores. É muito comum reagirmos ao conflito aumentando a violência. Sentimos prazer em tornar a violência mais violenta, pretendendo apagar o incêndio com mais fogo. Isso é uma prática exequível na lida com incêndios florestais, porém inconseqüente no tratamento dos conflitos humanos. A gestão dos mecanismos de mediação termina,

em boa parte, levando para o âmbito judicial tudo aquilo que deveria ser um exercício de promoção da tolerância, para a reconstrução recíproca de relacionamentos frustrados pelo conflito.

Elementos comuns a vítimas e autores do crime

Na presença de atos de violência, tanto a vítima quanto o delinqüente se sentem afetados em três pilares da existência humana:

- Em sua auto-estima.
- Em sua segurança.
- Em sua capacidade de socialização.

Assim sendo, o esforço para construir a paz deve incluir o fortalecimento desses três pilares, nas pessoas e nos grupos sociais. É impossível imaginar uma paz sustentável, sem o fortalecimento desses três pilares. Infelizmente, uma cegueira milenar levou-nos a crer nas armas e, em geral, no *critério moral punitivo*, como a fórmula mais eficaz contra a violência, ignorando que a retaliação, o castigo e a vingança são geradores de mais conflito e mais violência.

A promoção e o estabelecimento de uma *justiça restaurativa* começam a ser esforços cada vez mais reconhecidos e valorizados no seio das culturas mais progressistas. Quando pessoas e coletividades adotam este novo estilo de vida, torna-se possível entender por que é uma prioridade desarmar o coração e como o desarmamento do coração é possível quando se promove a cultura do perdão e da reconciliação. Desmond Tutu proclamava insistentemente que *sem perdão não há futuro*, por haver entendido cabalmente a urgência de implantar uma nova cultura, baseada não na retaliação e no castigo do outro (ou seja, na *eliminação do outro*), mas sim na restauração dos agressores e no estabelecimento de novos pactos garantindo que a violência nunca mais voltará a gerar a iniquidade e a desumanização que atingiu a África do Sul.

O perdão e a reconciliação são virtudes heróicas de alto significado civil e político, nas quais precisamos nos exercitar. Só se aprende a perdoar, perdoando e perdoando até o imperdoável, como às vezes nos exige a realidade da vida. Jacques Derridá dizia que o único perdão verdadeiro é o do imperdoável. As pessoas que não perdoam são pessoas paralisadas internamente, congeladas pessoal e socialmente. Este princípio se aplica igualmente aos grupos que se confrontam em comunidades rivais. Na realidade, avolumam-se as evidências de que os indígenas e os negros são grupos humanos que, ao longo da história, acumularam coletivamente raivas, ódios e rancores, compreensíveis por suas causas, mas que freiam perversamente o desenvolvimento e o crescimento material e espiritual daqueles grupos humanos.

*As raivas e os ódios se acumulam no tempo... não se esfumam!
São reações, tanto individuais quanto coletivas, que contaminam
e paralisam a dinâmica interna das pessoas e das sociedades.*

Mas estamos diante de um gigantesco paradoxo: aquilo que mais falta faz no cotidiano dos seres humanos, ou seja, o perdão e a reconciliação, é justamente o que mais ignoramos. Há muito pouco tempo as ciências sociais começaram a produzir teorias e métodos relacionados com essas necessidades tão prioritárias. Mas o pior é que a própria base da mensagem cristã continua ignorada. O próprio clero, dentro da igreja católica, não obstante haver monopolizado a administração do perdão, exhibe níveis preocupantes de ignorância sobre seus instrumentos e métodos. A prática do perdão e da reconciliação não pode ser monopólio dos confesionários. Precisa ser divulgada e promovida para a cotidianidade das pessoas e das culturas.

A pedagogia e a cultura da reconciliação farão com que na vida cotidiana prevaleça Abel e não Caim ...

Ellie Wiesel, Prêmio Nobel da paz, costumava dizer que os seres humanos têm dentro de si *um Caim e um Abel*. Um é a imagem daquele que deixa prevalecer o ódio, a raiva e o desejo de vingança. O outro, Abel, é o símbolo daquele que abriga a bondade e a ternura em seu coração.

Aquele que decide portar armas é uma pessoa que opta por encarnar o arquétipo de Caim. O que opta pela encarnação de Abel é a pessoa que não acredita na força das armas e prefere a força do amor.

Para terminar, podemos afirmar que a cultura do perdão e da reconciliação é a base do processo de desarmamento. O verdadeiro desarmamento começa no coração das pessoas!